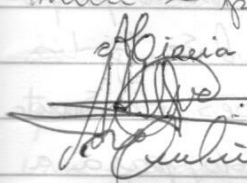
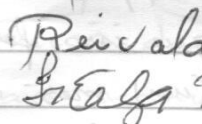
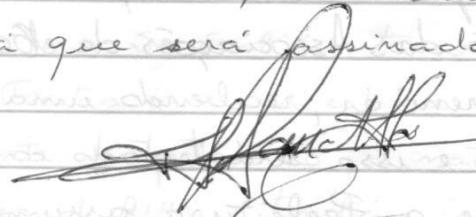
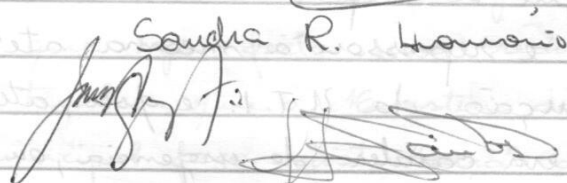


paciente particular, não poderão interná-lo pelo S.U.S. A Secretaria de Saúde, terá que informatizar-se para ligar-se com a Central de Leitos, para saber exatamente onde e quando internar um paciente. Ficou também acertado, que uma Comissão do Conselho Municipal, irá procurar o Poder Público, para pedir ajuda no repasse de verbas à Sta Casa, para o atendimento do plantão, até definir-se o que fazer. O Sr. Izídio deixou claro, que a Santa Casa não está pedindo essa verba, foi o Conselho que fez a sugestão. O Dr. Furlan irá, então, junto com mais alguns Conselheiros até a Prefeitura, para ver o que se pode fazer, digo, conseguir, entquanto não se pensar em outra possibilidade. Na próxima reunião, o Conselho deverá trazer outras sugestões, para que os Conselheiros possam estudar o problema. Nada mais havendo a tratar para o momento, a reunião foi encerrada e eu, Maria Adelaide Oliveira Bieira, laurei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais.


Ruivaldo de Sant


Sirlene Pereira



Sandra R. Honorio


ATA nº 07 - REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 27 (vinte e sete) dias do mes março de 1.996 (hum mil novecentos e noventa e seis), foi realizada a reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, nas dependências da Secretaria de Relações Comunitárias, sito à Rua das Garças nº 1019, com início às 19:30 horas. Dr. Furlan iniciou a reunião falando sobre o atendimento de ambulatório, dizendo que, depois da municipalização, a Secretaria de Saúde assumiu toda a responsabilidade e que ainda não foi feita uma tercerização de serviços, pois o sistema é de gestão parcial e não semi-plena. Existe uma média de 2.67 (dois pontos sessenta e sete) por habitante, que daria de 12 a 14.000 consultas mensais, englobando consultas e internamentos. O Sistema Bipartite,

comunidade/prestadores, determina que o teto não passe o limite, assim sendo, os profissionais que pararam de atender pelo S.U.S, não podem voltar a atender. Contratou-se novos profissionais, mas sem credenciamento. Foi feita uma solicitação de expansão sobre atendimentos, mas ainda não houve resposta. Só se poderá gastar no Município, uma determinada quantia, mas o gasto real é bem mais alto, pois como os profissionais não produziram, por não atender pelo S.U.S. e, automaticamente diminuir o número de consultas, o teto histórico caiu ainda mais, e não há como voltar a atender ou credenciar novos profissionais. Uma solução seria pegar os laudos represados, todo o atendimento de urgência e emergência, fazer as contas e pedir um teto mais alto. A Secretaria Municipal poderá viabilizar um atendimento ambulatorial na própria Secretaria, não urgência e emergência, e a U.A.M.M.A. (União das Associações de Trabalhadores do Município de Arapongas), irá gerenciar, recebendo uma verba para poder contratar mais profissionais e isso será tratado com o Departamento competente. O Sr. Izídio disse que a Prefeitura assumiu o pagamento dos plantões da Santa Casa e repassou a mesma, até mais do que foi pedido, para a construção da U.T.I.; e que, até agora deu certo, mas que isso foi feito em caráter de urgência, ou seja, pelo período de 01(um) mês e a Santa Casa só atenderá durante mais 10 (dez) dias. Sobre a taxa cobrada, Izídio falou que não é possível deixar de cobrar e que a mesma serve para cobrir outras despesas, mesmo assim existem pacientes que não podem pagar. Existe também a falta de pacientes particulares que poderiam gerar mais dinheiro. O Sr. Reivaldo disse que, se a Secretaria fizer atendimento ambulatorial, irá diminuir o atendimento na Santa Casa e o que mais o usuário reclama, é sobre a cobrança a mais nos internamentos pelos S.U.S e isso não é explicado ao mesmo. O Dr. Furlan falou que o S.U.S paga muito pouco ao profissional, mas o paciente não é culpado. Se o profissional atende pelo S.U.S. e ganha pouco, ele não é obrigado a credenciar-se. Existe uma lei em que o paciente tem direito a ser atendido pelo S.U.S, gratuita-

mente, mas existe essa cobrança de taxa que é para despesas com remédios e alimentação. Dr. Furlan sugeriu em se fazer uma reunião com todos os profissionais e hospitais e poderão cobrar uma taxa a mais mas o usuário deverá saber o que está pagando. Disse ainda que recebe denúncias, quase diariamente de pacientes que têm uma guia para uma cirurgia pelo S.U.S. e o profissional cobra mais uma taxa, e que existe um grupo de médicos tentando boicotar o S.U.S., pelo fato do Município estar colocado em 3º lugar no Estado, em atendimento na saúde. Antonio Alves, opinou sobre obrigar-se os profissionais a atender gratuitamente pelo S.U.S. e quem não concordar, que saia do sistema. Dr. Furlan acha que se deve pedir o teto de cada profissional. Reivaldo disse que o Hospital Nossa Sen. de Lourdes passa por uma fase difícil e a Secretaria Municipal poderia arrendá-lo para fazer o atendimento dos pacientes do S.U.S., mas o Sr. Antonio Alves acha que não é interessante para o Poder Público e o Sr. Euclides também não concordou. O Hospital Regional João de Freitas também estava interessado nesse arrendamento e não quer atender pelo S.U.S., a não ser que haja aumento nas suas quotas de AIHS. e também já fez um pedido nesse sentido, ou seja, que seja feita uma redistribuição das AIHS. Dr. Furlan falou também que o Ministério da Saúde não recomenda que o Conselho Municipal faça distribuição de AIHS. como foi feito. O Hospital Santa Rita não emite AIHS quando o paciente é particular. A Santa Casa também não faz isso, só usa AIHS no caso de ser atendimentos pelo S.U.S. e que poderia fazer atendimentos pelo SUS, em determinados dias da semana e o Hospital João de Freitas faria a outra parte. Dr. Furlan disse que, com o Sistema Central de Leitos, todo atendimento saído do S.U.S., para internamento, seria internado na Santa Casa ou no João de Freitas que dariam plantão e a Secretaria de Saúde distribuiria as AIHS de acordo com os internamentos. Como existem médicos que não atendem nesses dois hospitais, poderia haver o repasse de AIHS, também para outros hospitais, e essa distribuição seria de acordo com a necessidade. O Sr. Izidoro disse que existem hospitais que usam as AIHS para internamentos particulares e lucraram com

isso e que deveriam haver informes diários das necessidades dos hospitais sobre as AIHs, na Secretaria, e a mesma, através de uma auditoria, resolveria se o hospital recebe ou não a AIH. Dr. Furlan disse que não se deveria estabelecer quotas para partes, cesáreas, cirurgia de urgência, que tenham AIHs garantidas. O restante das AIHs, ficariam na Secretaria e seriam distribuídas conforme a necessidade. O Sr. Reivaldo é de opinião de que o profissional que cobrar uma taxa não poderia atender pelo S.U.S. e também se um paciente não acitar o profissional que estiver atendendo que pague uma consulta particular com o profissional escolhido. Dr. Furlan falou que não existe mais uma tabela para cobrança de consultas particulares e os profissionais cobram muito alto, sendo que poderiam cobrar menos e ter mais pacientes. Para encerrar, foi falado sobre a formação de uma comissão para fazer o gerenciamento de verbas para a U.A.M.M.A. Nada mais tendo a tratar para o momento, a reunião foi encerrada e eu, Maria Adelaide Oliveira Lima, lavei a presente ata, que será assinada pelos presentes.

Alcineia

Reivaldo

Lydio

Jonhep

Arduides

Stelza Pereira

Arduides

ATA nº 08

As 06 (seis) dias do mes de maio de 1996 (hum mil novecentos e noventa e seis), foi realizada mais uma reunião do Conselho Municipal de Saúde, nas dependências da Secretaria de Relações Comunitárias, sito à Rua das Garças nº 1019, com início às 19:30 horas. O Dr. Furlan iniciou a reunião falando sobre o atendimento que a Secretaria está fazendo e que houve a contratação de 01 (um) Pediatra e 03 (três) Clínicos, através da A.P.M.I.